

— 311 —

cluiu a quota do artigo 141 no orçamento vigente. De antemão, estendendo á Camara essa mesma justiça, dizendo que ella está, neste instante, com a Constituinte de 1934, com os sentimentos brasileiros, com as necessidades do Brasil e, sobretudo, com o futuro da Patria, que repousa na creança e na mãe.

A SRA. BERTHA LUTZ — Acho que o futuro do Brasil está, de facto, na criança e na mãe, não só na abandonada, mas em todas as mães brasileiras; o futuro do paiz está na cultura da mãe, não se no amparo physico, mas no amparo cultural e social, que não se póde negligenciar.

O SR. XAVIER DE OLIVEIRA — Prefiro, Sr. Presidente, que a emenda seja immediatamente votada, pelo que acho não é esta a oportunidade de responder á Exma. Sra. Deputada Bertha Lutz, DD. representante do Districto Federal nesta Casa.

Quero, pois, congratular-me com a Camara, repetindo que, rejeitando a emenda "e", mais uma vez, em 1936, está com a Constituinte de 1934, e sobretudo, com a nação brasileira, em seus nobres sentimentos: em favor da mãe pobre e da criança abandonada do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O Sr. João Simplicio (*Para encaminhar a votação*) — Sr. Presidente, como declarou o meu eminente collega, Sr. Deputado Lima Sobrinho, a questão toda está girando em torno de palavras.

A Comissão de Finanças, quando reduziu os creditos para educação, cultura e maternidade, assentou que as disponibilidades actuaes, na importancia de 126.000:000\$000 e 18.000:000\$000, seriam concedidas á proporção que os serviços fossem creados ou as despesas autorizadas pelo Poder Legislativo.

Agora, tendo determinado isso, a Comissão de Finanças também attendeu ao bem publico, que não está simplesmente em querer dispender com a educação, cultura e maternidade. O bem publico está em evitar o "deficit". Evitar o "deficit" é evitar o imposto, a inflação ou o derrame de papel-moeda. E evitando o "deficit" ou procurando diminui-lo, a Comissão de Finanças foi ao encontro das necessidades do povo brasileiro, porque tudo isso redundaria em elevação do custo de vida.

A Comissão, portanto, teve em vista os dois problemas: o bem publico sob o ponto de vista economico, com o qual se resolve tudo mais, porque, como diziam os antigos, primeiro viver; depois, philosophar.

Não se póde philosophar sem comer, tendo vida difficil, vida cara, vida impossivel.

Mas, como accentuei e como lembrou o eminente collega, da Comissão de Finanças, no caso, ha um jogo de palavras.